

Eça de Queirós e a colonização do Oriente no século XIX

Antonio Augusto Nery

Universidade Federal do Paraná

Resumo

No presente trabalho pretendemos averiguar três artigos escritos por Eça de Queirós (1845-1900) para periódicos, durante a década de 1890, nos quais o escritor reflete sobre a política colonial que muitos países ocidentais ainda mantinham naquele contexto, com o objetivo de conquistar nações do Oriente. Trata-se dos artigos “O 14 de Julho. Festas Oficiais. O Sião” e “A França e o Sião”, ambos publicados no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, nos dias 13 e 20 de agosto de 1893, respectivamente, e do artigo “França e Sião”, publicado na *Revista Moderna*, em 1897. O discurso literário presente nos textos é muito significativo, pois revela as concepções do escritor acerca do tema e expõe um pensamento dissonante dos princípios colonizadores que norteavam os projetos de muitas nações e de muitos europeus no contexto finissecular do Oitocentos. Os três textos centram-se na explicitação e na análise crítica sobre os verdadeiros interesses que países do ocidente – particularmente a França e a Inglaterra – tinham sobre o continente asiático, mais especificamente, sobre um dos reinos localizado no sudeste da região, o Reino de Sião, a atual Tailândia.

Palavras-chave: Eça de Queirós; século XIX; colonização; Oriente.

Abstract

At this present work we intend to investigate three articles written for journals by Eça de Queirós (1845-1900), during the 1890's decade, in which the writer reflects upon the colonial politics many Western countries still kept in that context, with the aim to conquer Eastern nations. These are “O 14 de Julho. Festas Oficiais. O Sião” and “A França e o Sião” articles, both published in Rio de Janeiro's *Gazeta de Notícias* newspaper on the 13th and 20th of August in 1893, respectively, and “França e Sião” article, published in *Revista Moderna*, in 1897. The literary discourse in the texts are quite significant because it reveals the writer's conceptions about the theme and exposes a dissonant thought of colonizing principles which guided projects of many nations and many Europeans at the end of the Eight hundredth century context. The three texts focus on the explanation and critical analysis about the real interest the Western countries – particularly France and England – had in the Asian continent, more specifically, in one the kingdoms situated in the Southeast region, the Kingdom of Siam, Thailand today.

Keywords: Eça de Queirós; 19th century; colonization; East.

Inúmeras são as remissões feitas ao Oriente nas obras de Eça de Queirós (1845-1900). Um acontecimento pode ser tido como determinante para as incessantes menções à região: a viagem realizada pelo escritor a Port Said, Egito, por ocasião da inauguração do canal de Suez, entre dezembro de 1869 e janeiro de 1870. Eça, ainda muito jovem, além de escrever alguns artigos noticiando o acontecimento, os quais foram publicados no jornal *Diário de Notícias*, coligiu em sua memória a cultura, os hábitos e diversas outras características do Oriente, que se encontram espriadas em

maior ou menor grau nas obras que produziu até o fim da vida. A referida viagem compreendeu passagens pelo Egito, Palestina, Síria e Líbano.¹

Outro contato com o povo oriental, no entanto, também deve ser mencionado como possível suscitador dos “diálogos orientais” desenvolvidos pelo escritor: a estada de Eça como cônsul em Havana, Cuba, entre 1872 e 1874. Convivendo na capital cubana com uma considerável leva de imigrantes chineses, os denominados *coolies*, em sua maioria trazidos a Cuba para trabalhar nas fábricas de açúcar em condições escravagistas, Eça se empenhou em denunciar as mazelas por quais os chineses passavam. Em carta ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, João Andrade Corvo (1824-1890), datada de 17 de maio de 1873, o escritor assim se posicionava:

Os colonos trabalham desde a alva (quatro ou cinco da manhã) até as Ave-Maria (sete ou oito da tarde) tendo um descanso no meio do dia de duas horas, mas na força dos trabalhos, há engenhos em que o colono trabalha das quatro da manhã às onze da noite! O castigo ordinário é o cepo e às vezes as algemas, com as quais todavia - trabalham! [...] Assim é, Ex.º Snr. que em todos os exemplos da servidão humana - eu não conheço - a não ser o fellah no Egypto, e na Nubia, ninguém mais infeliz que o "coolie". E se a justiça não é uma mera categoria de razão, a condição dos colonos na América central não é compatível com a dignidade desta época. (QUEIRÓS apud LIMA, 19-, p. 65)

As denúncias das condições subumanas nas quais os *coolies* chineses estavam impostos, em certa medida também oportunizaram a Eça acumular conhecimentos acerca das singularidades da cultura do Extremo Oriente, onde nunca estivera, acrescentando mais detalhes às impressões vivenciadas na viagem feita ao Oriente Próximo, alguns anos antes. E talvez sejam tais cumulações de conhecimentos que fizeram Eça rememorar as lembranças da convivência com o Oriente em diversas de suas obras, a ponto de se poder falar em um “imaginário oriental na sua obra” (LIMA, 1996, p. 1).

Entre os textos de diversos gêneros discursivos nos quais essas rememorações aparecem, ou em que o Oriente é tema, estão *O mandarim* (1880), *A relíquia* (1887),

¹ Algumas reminiscências da viagem que Eça realizou para acompanhar a inauguração do canal de Suez estão presentes nos volumes *O Egito: notas de viagem* (1926) e *Folhas soltas* (1966). Os dois volumes foram organizados a partir das anotações feitas durante a viagem e publicados postumamente pelos filhos do autor.

contos como “A morte de Jesus” (1869), crônicas e artigos de jornais coligidos em obras póstumas como *Ecos de Paris* (1905) e *Notas contemporâneas* (1909), além de remissões à região que podem ser constatadas em ficções como *O mistério da estrada de Sintra* (1870) e *A correspondência de Fradique Mendes* (1900). Não podemos deixar de mencionar os textos já citados em nota de rodapé: *O Egípto: notas de viagem* – obra coligida e publicada pelo filho de Eça, José Maria D’Eça, em 1926, e *Folhas soltas* (1966), obra desenvolvida pela filha de Eça, Maria Eça de Queiroz de Castro, contendo outras notas da viagem empreendida pelo escritor por conta da inauguração do canal de Suez.

Neste trabalho, especificamente, dedicaremos atenção a três artigos escritos por Eça para periódicos durante a década de 1890, nos quais o autor reflete sobre a política colonial que muitos países ocidentais ainda mantinham naquele contexto, com o objetivo de conquistar nações do Oriente. Trata-se dos textos “O 14 de Julho. Festas Oficiais. O Sião”² e “A França e o Sião”, publicados no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, nos dias 13 e 20 de agosto de 1893, respectivamente, e “França e Sião”, publicado na *Revista Moderna*, em 1897. Todos os artigos foram coligidos e publicados postumamente: os dois primeiros no volume *Ecos de Paris* (1905) e o último no volume *Notas contemporâneas* (1909).

O discurso literário presente nos textos é muito significativo, pois, além de revelar as concepções do escritor acerca do tema, expõe um pensamento dissonante dos princípios colonizadores que norteavam os projetos de muitas nações e de muitos europeus no contexto finissecular do Oitocentos. Todos os três artigos centram-se no relato dos interesses que países do Ocidente – particularmente a França a Inglaterra – tinham sobre todo o continente asiático, mais especificamente, sobre um dos reinos localizado no sudeste da Região, o Reino de Sião, a atual Tailândia. O foco dado especificamente à França e à Inglaterra talvez se explique pela proximidade que o autor tinha, sendo cônsul em Paris desde 1888, com os assuntos cotidianos que envolviam o país no qual residia e o país vizinho – assuntos, aliás, que podem ser vislumbrados nos diversos textos jornalísticos que Eça produziu como correspondente de inúmeros jornais da época.

² Doravante OFO nas referências de citações. Todas as citações foram retiradas de Queirós (1945a).

No primeiro texto, o escritor inicia versando justamente sobre um tema cotidiano: a decadência das festas que oficialmente constam nos calendários oficiais dos países. Detendo-se especificamente sobre o feriado de 14 de julho na França, data em que é comemorada a queda da Bastilha, ocorrida em 14 de julho de 1789 e um dos marcos da Revolução Francesa, o autor elucubra sobre os motivos do desinteresse da população em geral por comemorações cívicas. Ele insinua que o motivo principal para a apatia com relação ao 14 de julho é o fato de que a festa “nunca foi essencialmente popular” (OFO, p. 56), ocorrendo somente porque o Estado a financiava; porém, como isso não vinha acontecendo havia já alguns anos, os festejos caíram em decadência. Ademais, Eça acrescenta que os economicamente abastados, para quem o acontecimento fora realmente significativo, eram os que efetivamente deveriam investir nas comemorações, mas esses pouco se importavam com a comemoração oficial.

O escritor, então, defende a ideia de que “festas decretadas, impostas por lei, nunca se tornam populares, nem duram, porque são horrivelmente fictícias” (OFO, p. 57), e propõe que o povo valorizava muito mais festas voltadas para indivíduos, como santos e padroeiros, do que para acontecimentos históricos “impessoais”. O pequeno introito do artigo encaminha-se para o desfecho com o irônico questionamento, que também perfaz uma proposição:

Para que a república pudesse ter uma grande festa, devia organizá-la em favor de um grande republicano. Mas aí é que está a dificuldade. Qual grande republicano? Nenhum reúne a admiração unânime [...] Em verdade vos digo, só o Céu nos envolve a todos, e só S. João pode ser festejado sem descontentar a ninguém. (OFO, p. 59)

Na segunda parte do texto, o escritor volta-se para a temática que nos interessa, pois se dedica ao relato da querela deflagrada entre Inglaterra e França, por conta da ameaça de invasão feita pela França ao Reino do Sião, devido a acontecimentos que envolveram cidadãos e embarcações francesas em uma região de fronteira no Reino, chamada Mekong. Segundo a explicação irônica de Eça, a França se sentira atacada por conta de fatos “múltiplos e complicados”: “há uma canhoneira que ia subindo um rio e que apanhou um tiro siamês; há um marinheiro que foi preso, ou que caiu à água; e há uns siameses que berraram «hu! hu!» Tudo isto é gravíssimo” (OFO, p. 62). Outros motivadores teriam sido o assassinato de um negociante francês na região e, sobretudo,

o hasteamento da bandeira do Sião por cima do pavilhão francês, “absurdo” cometido por alguns oficiais siameses.

Eça esclarece, entretanto, que tudo isso não passavam de pretextos para a França invadir o país oriental, pois, “hoje está estabelecido que para que o forte ataque e roube o fraco, é necessário ter um pretexto. Tal é o grande progresso adquirido. Ora a França acaba de achar, com júbilo imenso, o pretexto para cair sobre Sião” (OFO, p. 61). E o interesse da Inglaterra em defender o Reino distante não teria nada de desinteressado, seria somente inveja ou remorso porque os ingleses não teriam tido o pretexto de invadir o território oriental antes, já que havia muito tempo espreitavam as riquezas do Sião: “Calculem, pois, o furor da Inglaterra! Havia longos tempos que ela se instalara ao pé de Sião, à espera de um pretexto para devorar aquele belo bocado do Oriente – e é a França, a nação entre todas rival, que apanha o pretexto!” (OFO, p. 62).

Com o intuito de explicitar os motivos que as nações ocidentais teriam para invadir o Sião, Eça apela para a sátira e a comicidade:

Sião é um reino do Extremo Oriente, muito rico e, portanto, muito apetecível. [...] Além do seu rei, Sião possui toda a sorte de riquezas naturais, em plantações e em minas. É portanto um delicioso e proveitoso país para possuir. Se eu tivesse meios de me apoderar de Sião, já esse reino seria meu, e eu exerceria lá os meus direitos de conquistador com doçura e magnanimidade. Mas não tenho meios de me apoderar de Sião. A França tem. A Inglaterra também. E ambas, muito naturalmente, se encontram há anos nesses confins do Oriente, lado a lado, com o olho guloso cravado sobre Sião. E não as censuro. Eu próprio, como disse, se possuísse exércitos e frotas, teria já empolgado Sião. (OFO, p. 60)

Todavia, percebe-se que tal estratégia discursiva somente se concretiza porque o intuito do escritor é, por intermédio da sátira, ressaltar os absurdos e incoerências das invasões e das concepções tacanhas que os países ocidentais tinham sobre os países do Oriente e do conceito de civilização:

Os países orientais são feitos para enriquecer os países ocidentais – e por isso com os Egiptos, os Tunes, os Tonquins, as Cochinchinas, os Siãos (ou Siões?) se fazem para a Inglaterra e para a França boas e pingues colônias. Eu sou civilizado, tu és bárbaro – logo, dá cá primeiramente o teu ouro e depois trabalha para mim. A questão toda está em definir bem o que é ser civilizado. Antigamente pensava-se que era conceber de um modo superior uma arte, uma filosofia e uma religião. Mas como os povos orientais têm uma religião, uma filosofia e uma arte melhores ou tão boas como as dos ocidentais, nós alteramos a definição e dizemos agora que ser civilizado é possuir

muitos navios couraçados e muitos canhões Krupp. Tu não tens canhões, nem couraçados, logo és bárbaro, estás maduro para vassalo e eu vou sobre ti! E este, meu Deus, tem sido na realidade o verdadeiro direito internacional, desde Ramsés e o velho Egípto! Que digo eu? Desde Caim e Abel. (OFO, p. 61)

Para Eça, o que estava em jogo na situação era tudo, menos o Sião e seu povo. O que se pode depreender da leitura de proposições como as acima citadas é que os dois países europeus poderiam dar exemplo para o mundo de um renovado conceito de civilização e de respeito entre nações, mas, em vez disso, engalfinhavam-se por conta de interesses mesquinhos e cobiçosos. O texto finda de maneira muito dura e direta, explicitando o pensamento do escritor acerca do imbróglio franco-inglês e das verdades que ele suscitava:

E aqui está como, de repente, por causa de um pedaço de terra e de um pouco de minério, duas grandes nações, guardas fiéis da civilização e da paz, se assanham, ladram, investem, como dois simples cães vadios diante de um velho osso. O que mais uma vez prova a suprema unidade do universo, pois que nações, homens e cães todos têm o mesmo instinto, o mesmo pecado de gula, e, diante do osso, o mesmo esquecimento de toda a justiça. (OFO, p. 63)

A querela entre França, Inglaterra e Sião, continuaria a ser discutida na crônica publicada uma semana depois, no mesmo jornal *A gazeta de Notícias*. No artigo “A França e o Sião”,³ Eça explicita que estava cada vez mais eminente a invasão do Sião pela França, pois os franceses deram um *ultimatum* aos siameses, exigindo uma porção de terra de seu território, além de dinheiro. Os siameses teriam respondido, informando não compreenderem bem as exigências e que lhes “apetecia a paz, e que por amor dela estava disposto a dar algum dinheiro, mas não tanto, e a abandonar algum território, mas não tão vasto” (AFS, p. 65).

A pequena introdução ao fato principal que conduzirá a narração é suficiente para o escritor, de antemão, emitir seus pareceres críticos acerca da rusga entre os países e, tal qual na crônica anteriormente publicada, expressar desalento e pessimismo com a maneira pela qual as relações internacionais estavam se dando naquele contexto:

Outrora, quando os costumes internacionais eram mais doces e complacentes, e os povos orientais gozavam ainda (por menos conhecidos) de uma feliz reputação de

³ Doravante AFS nas referências de citações. Todas as citações foram retiradas de Queirós (1945a).

lealdade, esta discreta resposta teria dado motivo a novas negociações, novos telegramas, infundáveis cavaqueiras de embaixadores. Hoje, as maneiras internacionais são mais bruscas e rudes: os países do Oriente têm uma deplorável fama de duplicidade e falsidade; e a França, sem se deter em mais explicações com o infeliz Sião, bloqueou-lhe as costas e fez marchar sobre as províncias do interior as suas tropas coloniais da Cochinchina. (AFS, p. 66)

A Inglaterra, por sua vez, muito embora demonstrasse descontentamento e rechaço ao conflito, estava cada vez mais distante dele, isso porque, segundo Eça, os únicos que alardeavam revolta contra as atitudes francesas eram os políticos e a imprensa; o povo, propriamente, não estava nem um pouco interessado no episódio que envolvia o país vizinho e o distante reino oriental:

Perante estes actos, tão decididos, o furor dos Ingleses tem sido medonho. Mas é um furor unicamente de políticos, de jornalistas e de comerciantes que tinham grandes negócios com o Sião. O povo, a massa do povo, permanece indiferente [...] Ora, em Inglaterra, que é uma verdadeira democracia, quando o povo se desinteressa de uma questão, os políticos e os jornalistas têm também de a abandonar, porque aí não se criam artificialmente correntes de opinião; e o Governo que provocasse um conflito europeu sem se apoiar num forte entusiasmo popular não duraria mais que as rosas de Malherbe, que, como todos sabem, duram apenas o espaço de uma manhã. (AFS, p. 66)

Enfatizando que, devido ao desinteresse do povo, o assunto em Inglaterra havia se tornado apenas mote para notícias jornalísticas – aliás, paira aqui uma crítica à imprensa sensacionalista: “Assim se vai gastando, com arreganho, alguma tinta – sem medo que venha a gastar sangue” (AFS, p. 67) –, Eça ironicamente expõe as concepções preconceituosas que muitos europeus tinham sobre o Oriente, fato que instituía, por infelicidade, a “doutrina do século”:

[...] E uma senhora que ultimamente, num salão, considerava como a coisa mais pueril e mais grotesca que duas nações tão elegantes como a França e a Inglaterra, se batessem por causa de bichos tão feios como os siameses – estabelecia, sem o saber, a verdadeira doutrina do século. (AFS, p. 67)

Ressaltando a indiferença manifestada pelo povo inglês, Eça deflagra os interesses nada louváveis que os Europeus tinham com relação a outros países e aproveita para manifestar que em sua concepção já não procediam mais querelas e guerras em torno de colônias:

Não! Não há hoje já a possibilidade que duas nações europeias se batam por causa de terras coloniais. Os Europeus só se movem por interesses ou sentimentos europeus, e só por eles arrancam a espada. Para as questões de colônias lá estão os congressos e os tribunais de arbitragem. (AFS, p. 67)

Nesse sentido, conforme caminha para o fim do texto, nota-se o intento de Eça em tratar dos princípios que norteavam os objetivos nada compreensíveis tanto da França quanto da Inglaterra em ainda invadir e tomar reinos no Oriente. Parecendo considerar que a prática colonizadora demoraria a se extinguir, o autor reflete sobre as atitudes que a Inglaterra e a França demonstravam para com suas colônias, e, por conta disso, expõe que se os atos continuassem a acontecer, ao menos, deveriam ocorrer segundo a política colonial inglesa, pois esta previa o desenvolvimento da área apossada, enquanto a França, o “único acto colonial que depois pratica é remeter para a recente colônia alguns soldados e muito empregados públicos. A França faz conquistas para exportar amanuenses” (AFS, p. 68).

Assim, se as invasões coloniais se constituíam inevitáveis, Eça, seguindo alguns princípios da sociedade burguesa da época, propõe que, em vez de simplesmente explorar e subjugar o país e o povo colonizado, houvesse o intuito desenvolvimentista e, sobretudo, de levar a “civilização” para a área colonizada:

Em todo o caso, nestas rivalidades coloniais entre a França e a Inglaterra, eu penso que a Inglaterra tem, em princípio, mais direitos. Quando ela se apodera de um desses desgraçados reinos do Oriente (como a Birmânia, há pouco) sabe ao menos como há-de utilizar e valorizar a sua conquista. [...] A expansão colonial da França não dá assim lucro nenhum, ou alargamento à civilização geral. Apenas promove, através dos mares, uma deslocação de amanuenses aborrecidos e enjoados. Ao contrário, cada palmo de chão que a Inglaterra ocupa entra no movimento universal da indústria e do comércio. A Inglaterra tem virilidade colonial e a França só impotência. (AFS, p. 67-68)

Embora possa parecer que o escritor, imbuído dos princípios burgueses –fato compreensível se levarmos em consideração que era a classe a qual pertencia –, parta do motivo “civilizador” como saída para colonização, cabe mencionar que ele não parece justificar em nenhum momento a invasão de países.

O artigo termina com Eça explicitando as curiosidades exóticas que certo amigo lhe relatou sobre o Reino de Sião. O discurso crítico nesse trecho volve-se não

somente para a descrição dos exotismos do Sião, mas, sobretudo, para as mazelas sociais às quais o povo do país estava imposto, preponderantemente por conta do despotismo exercido pelo Rei.

Desta feita, embora durante todo o texto a imagem do país oriental tenha sido preservada em detrimento da política colonial dos países europeus, na conclusão do artigo temos ainda a preservação da cultura e do povo siamês, mas o mesmo não podemos dizer da imagem do governante, pois “o palácio é a nação” (AFS, p. 71), já que tudo girava em torno do Rei:

O rei nunca sai do palácio, não conhece o seu reino, mal conhece a sua capital, que é Banguécoque. Quando por acaso dá um passeio, é uma grande festa, uma grande gala. As ruas são aplainadas e areadas; pintam-se as casas de fresco; os canais (porque Banguécoque assemelha-se a Veneza) levam uma rápida limpeza; toda a população se lava, se alinda, se cobre de jóias; e para que não chova, celebram-se preces nos templos. Depois o rei recolhe, e por muitos e muitos meses Banguécoque recai no usual desleixo e porcaria. Só no palácio há asseio. De resto, o palácio é que é a nação. (AFS, p. 71)

Segundo Eça, embora possuísse nobreza em sua postura, o monarca demonstrava muito mais preocupação com a vida no palácio do que com a massa humana que vivia fora dele. Esses, por sua vez, consideravam o monarca como um deus com poderes ilimitados. Uma das possíveis justificativas para a atenção do rei estar voltada para a rotina palaciana seriam suas muitas concubinas e filhos – elas “excedem em número as de Salomão. São milhares” (AFS, p. 70) e os filhos são “cento e oitenta e tantos” (AFS, p. 70). Por fim, Eça sintetiza sua alteza da seguinte maneira: “O que o estraga é o seu ilimitado poder, a sua posição de divindade, e a prodigiosa, inverossímil adulação que o cerca” (AFS, p. 70).

Ao concluir o artigo, poderíamos interpretar que para Eça, em termos de políticas deploráveis, tanto o Sião quanto a França se igualavam, pois, ao fim e ao cabo, o povo siamês era quem acabava por sofrer as consequências nefastas, localmente pela presença de um déspota, e, posteriormente, caso houvesse a colonização por um país europeu, pelo colonizador que era guiado pela ganância e pela cobiça. Dessa forma, concordamos com as proposições de Vanzelli (2011) ao analisar as imagens do oriente veiculadas nos três textos de Eça aqui em causa. Para o crítico, ao se concluir a leitura

dos artigos, percebe-se que o escritor demonstra ter uma visão imparcial tanto do ocidente quanto do oriente.

O último texto ao qual nos dedicaremos neste trabalho foi produzido cinco anos depois dos artigos analisados acima. Conforme já mencionamos, “França e Sião”⁴ foi escrito em 1897 e publicado na *Revista Moderna* nesse mesmo ano. Nele, Eça se utiliza da visita que o rei tailandês Chulalonghorn (1853-1910) fazia à França naquele contexto, para rememorar a história da criação da primeira embaixada francesa no Sião, em 1685. Contudo, embora esse pareça de início o mote principal que conduzirá o texto, ele logo se desfaz para dar lugar à crítica ácida e ferina aos melindres escusos das relações econômicas entre as nações e aos vínculos entre Igreja e Estado, muito presentes na França do século XVI.

O texto principia relatando que as primeiras aproximações diplomáticas entre os dois países deram-se no ano de 1685, em Marselha e Paris, ocasiões em que dois siameses transmitiram o grande apreço que o rei de Sião teria pelo rei da França, Luís XIV (1638-1715), a ponto de enviar uma embaixada com preciosos presentes, os quais, pelo desconhecimento de todos, muito provavelmente haviam se perdido em algum naufrágio. Os siameses, complementando os apreços de seu rei pelo monarca francês, expuseram o desejo de que a França tivesse uma embaixada em terras orientais e relataram que, para isso, el-rei de Sião “abandonaria os falsos Deuses, e lavado pela concha de água que tudo lava, penetraria na verdade, para se tornar o Rei Muito Cristão do Oriente” (FS, p. 420).

O real interesse dos siameses é somente revelado linhas à frente da crônica, quando Eça expõe a situação que o Sião vivia naquele contexto, com um rei decrépito e o poder sendo exercido largamente pelo primeiro ministro Constâncio, um Barcalon como era denominado, que desejava estreitar laços com o Ocidente a fim de garantir lucros mercantis para o país. Eça explicita que os franceses foram escolhidos porque Constâncio acreditava que, entre todas as possibilidades, era o povo mais fácil de enganar, sendo somente necessário investir em sua “leviana e confiada vaidade” (FS, p. 424). A estratégia concebida foi justamente a que fora utilizada pelos dois perspicazes siameses: lustrar o ego cristão do rei francês, vislumbrando-lhe a possibilidade da grande conversão do rei de Sião. Engodo muito bem formulado, pois conforme relata

⁴ Doravante FS nas referências de citações. Todas as citações foram retiradas de Queirós (1945b).

Eça, a mudança de crença era algo impossível de ocorrer, uma “conversão inverossímil da parte dum soberano velho, que, em matéria espiritual, se achava perfeitamente ditoso dentro da fácil e repousada Fé budista” (FS, p. 424)

Luís XIV, diante da distinção em promover o Cristianismo, resolveu ceder aos interesses dos siameses; porém, conforme Eça insiste em mostrar ao longo do texto, não havia nenhum interesse político, cultural, econômico, diplomático, enfim, relevante, na ação, mas simplesmente “uma missão toda religiosa, toda espiritual, que tendia a converter um rei idólatra e com ele todo um reino” (FS, p. 521).

Em meio a esse preâmbulo, o autor pretende demonstrar o quanto as ações do rei francês no contexto do século XVII eram influenciadas por madame de Maintenon, sua nova esposa oficial. De fato, consoante Bukley (2012), Françoise d’Aubigné (1635-1719), mais conhecida como madame de Maintenon, foi casada com o poeta satírico Paulo Scarron (1610-1660) e, quando viúva, tornou-se uma das amantes de Luís XIV (1638-1715), casando-se secretamente com o rei em 1683, já que sua majestade também havia ficado viúvo da rainha Maria Teresa naquele mesmo ano.

Eça propõe que o casamento de madame de Maintenon com o rei teria se dado sob as bênçãos nada desinteressadas dos jesuítas, os quais, inclusive, são incessantemente questionados pela argumentação. O enlace fora fruto de um “pacto taciturno” entre Maintenon e a ordem religiosa para que se acirrasse a perseguição dos huguenotes, calvinistas franceses: “Em troca da Coroa secreta que recebia, a austera viúva de Scarron, antiga Huguenote, deveria obter do Rei a perseguição dos Huguenotes... E o pacto foi realmente cumprido [...] Desde esse dia, Madame de Maintenon serviu fielmente a Companhia [...]” (FS, p. 421). A mulher detinha grande influência sobre as decisões do marido, “tanto por ser enfermeira como esposa, e, portanto duplamente onnipotente sobre um Rei beato e priápico, que amava a carne, temia a morte e não queria amar nem morrer fora de braços não autorizados pela Igreja” (FS, p. 420).

A menção à Maintenon parece dar-se porque, segundo a narração, é por influência dela, guiada pelos jesuítas, que a embaixada siamesa se constitui: para o cargo de embaixador é nomeado o capitão de fragata Mr. De Chaumont (1640-1710), o qual, embora compartilhando a fé católica, despertava a desconfiança dos principais interessados na embaixada por não possuir uma consistente formação teológica, e, por

esse motivo, é que se propôs a nomeação de um coadjutor, nas palavras irônicas de Eça, um “teólogo forte, bom dialético, e dotado da insinuância cortesã indispensável para a conversão dum Rei do Oriente” (FS, p. 420).

Embora surpreso por nunca ter tido notícias de um coadjutor de embaixada, Luís XIV aceita as sugestões, e nomeia, para dividir as responsabilidades diplomáticas, o versado Abade de Choisy (1624-1744), douto teólogo, autor de textos sobre a história da Igreja.

A embaixada francesa também seria composta por fidalgos de menor expressão, por um oficial da marinha, conde de Forbin (1656-1733), nomeado mestre de cerimônias por ter suposta experiência sobre o Oriente, e por mais seis padres jesuítas com conhecimentos de ciências naturais, interessados sobretudo em um “Reino onde a Companhia esperava em breve ter colégios e plantações” (FS, p. 422).

A comitiva francesa partiu levando consigo os dois siameses. Quando principia o relato acerca do momento no qual a comitiva chega a terras orientais, o discurso irônico, crítico e ferino de Eça volve-se para o choque de culturas e preconceitos que os recém-chegados apresentavam. Quando a embarcação ancorou no primeiro porto de Sião, o da Barra, o mestre de cerimônias, conde de Forbin, e um dos componentes da comitiva teriam demonstrado grande decepção e escândalo ao contemplar a simplicidade do governador local, a quem foram prestar cumprimentos e, nas palavras de Eça, “na esperança de atacar logo alguma das almas rebeldes”:

De recamado uniforme, coberto de plumas, com talabarte de seda e matiz, viera ele [conde de Forbin], esperando visitar um Personagem no seu Palácio. Encontrou uma cabana de bambus, coberta de folhas de palmeira, e dentro, num esguio espaço «sem poltronas, sem tapetes, sem lustres» como ele aponta, três indivíduos «sem sapatos, sem meias, sem cabeleira, sem chapéu, com um vil paninho à cinta para lhes velar a nudez indecente!» Todavia, apesar de seu escândalo, o Major da Embaixada, à porta, rojando na lama as fofas plumas do seu chapéu, numa cortesia funda, à moda grade de Versalhes, perguntou onde se encontrava o Governador da Barra. Um dos sujeitos semi-nus e encruzados sorriu, e murmurou com doce polidez: – Sou eu! O senhor Major da Embaixada recuou, com nojo daquele selvagem. (FS, p. 426)

Em meio à narração da cômica chegada dos franceses no porto da Barra, Eça enfatiza sua crítica aos julgamentos, ao desrespeito e à falta de consideração demonstradas pelos franceses aos seus anfitriões. O autor continua o relato nesse sentido, deixando entrevisto que mais atitudes parecidas teriam ocorrido à medida que a

comitiva navegava rio acima, rumo à então capital do Reino de Sião, Odia (Ayutthaya), para o encontro com o rei.

Para que a embaixada francesa estivesse oficialmente empossada, era necessário que uma carta de Luís XIV fosse entregue diretamente em mãos do rei siamês, preferencialmente em cerimônia pública. O problema é que não havia no “palácio real” um trono acessível e degraus, no estilo dos palácios ocidentais, que permitisse a encenação do ato cerimonioso, pois o rei Siamês “recebia numa vasta sala nua, com um muito alto postigo aberto no topo, junto ao tecto, onde o Rei, desfranzida uma cortina, aparecia, saudava e desaparecia” (FS, p. 427). A saída encontrada fora a construção improvisada de uma vara de ouro que em sua ponta continha uma taça, também de ouro, na qual estaria depositada a tal carta francesa que seria alcançada com uma leve inclinação do rei idoso. Porém, por horror dos siameses e risos dos franceses, a improvisação não ocorreu conforme o esperado e o monarca quase despencou de seu trono:

Precedido de arautos, entre bandeiras, o Embaixador francês transpôs a sala da audiência, com a vara de ouro na mão. Depois, ao cabo de longas etiquetas e prostrações, um tambor ressoou, toda a corte se agachou, de face nas lajes, e no alto do postigo entre a cortina desfranzida, el-Rei surgiu. Era um velhito magrinho, enrugadinho, todo rapado, com uma enorme verruga no queixo, erriçada de dois pêlos longos e mais rijos que piaçaba. Imediatamente o Embaixador avançou com a vara de ouro na mão... Mas, ou porque a vara fosse realmente curta, ou porque o Embaixador, por altivez francesa, para afirmar a grandeza do Rei da França, não a erguesse suficientemente, el-rei de Sião tanto se debruçou que se despenharia, se mãos invisíveis e decerto trêmulas o não tivessem apanhado, com ânsia, pelas abas de seu gibão cor de fogo! Toda a corte estremeceu de terror sagrado. E todos os fidalgos da Embaixada romperam a rir desabaladamente, certos da orgulhosa malícia do Embaixador [...] (FS, p. 423)

Esse relato é exemplar para resumirmos inúmeros outros apontamentos de fundo satírico, presentes no discurso do escritor ao longo do texto; contudo, em todas as passagens a face séria da sátira se expõe, reafirmando não somente o conflito cultural que o episódio de fundação da embaixada francesa no Sião representou como um todo, mas, sobretudo, a maneira pela qual os franceses (re)agiam diante das diferenças culturais que vislumbravam diante de si.

Após a descrição do episódio acima mencionado, Eça esforça-se em revelar que Constâncio, o primeiro-ministro tailandês, avidamente colocava seus planos em

ação, reunindo-se com o Embaixador francês e com os jesuítas, decidindo que os acordos entre a França e o Sião se concretizariam quando o rei Siamês enviasse definitivamente uma embaixada à França.

O artigo finaliza sugerindo que o esquecimento das relações entre os dois países, reacendidas naquele contexto do século XIX, com a visita de Chulalonghorn, provavelmente se tenha dado porque fora justamente o embaixador siamês enviado à França para estabelecer a embaixada que, tempos depois, voltara ao seu país e causara uma grande reviravolta política no Sião:

Este Embaixador siamês, voltando ao Sião com o prestígio que dão as viagens e a freqüentação das Cortes Estrangeiras, criou um partido, tramou uma revolta, depôs o velho Rei da verruga peluda, e prendeu o astuto Constâncio, que para maior segurança, mandou serrar entre duas tábuas! No Sião era esse, e ainda é, o meio de inutilizar um homem de gênio ardente... E então, serrado assim pelo meio aquele subtil Constâncio, e enterrado Luís XIV em Saint-Denis entre os apupos da população, a França e o Sião mutuamente se esqueceram durante dois longos séculos. (FS, p. 429)

Sabendo do discurso irônico de Eça, fica patente que a visita do rei siamês se tornou ótima oportunidade para trazer à tona um fato histórico que, se não se queria esconder, ao menos não se queria lembrar, pois explicitava situações periclitantes que, no mínimo, atestavam o passado de acontecimentos questionáveis, os quais, (re)visitados, poderiam colocar a imagem da suposta relação diplomática “harmoniosa” à prova.

Esse artigo de 1897 mantém forte relação com os dois primeiros textos de 1893, analisados anteriormente. É o mesmo Eça que, quatro anos depois, continuava a antever e difundir os problemas e perigos que as políticas coloniais dos países do ocidente apresentavam. Para o autor parecia não estar próximo o fim do interesse pela colonização, por conta das vantagens econômicas que poderiam ser obtidas nos reinos do Oriente. Talvez por isso Eça tenha proposto a saída civilizadora, desenvolvimentista, típica do mundo burguês ao qual estava inserido, como possível amenização para o processo colonizador.

Todavia, conforme tentamos demonstrar, não nos parece que Eça tente justificar a colonização; pelo contrário, deplora a política colonial europeia, concebendo como ridículos os preconceitos e valores que os governantes e certa parcela da população ainda tinham do Oriente e de colônias em geral. Por outro lado, o escritor não

poupa certas características das nações colonizadas, explicitando, por exemplo, o comportamento dos mandatários siameses, que de maneira despótica e autoritária, subjogavam o povo, mantendo-o em uma situação social caótica e lamentável.

Terminamos este trabalho atestando a importância de revisitar a produção jornalística de Eça de Queirós quando queremos entender de maneira mais profunda a ficção do autor, e vice versa, pois a tonalidade crítica com que o “Eça romancista e contista” representava a realidade de seu tempo é somente uma extensão da maneira com que o “Eça dos periódicos”, embora utilizando outros gêneros de escrita, destilava sua verve crítica voltada aos desmascaramentos das hipocrisias sociais.

Referências

- BUKLEY, Veronica. *A esposa secreta de Luís XIV*. Trad. Cristina Paixão Lopes. São Paulo: Objetiva, 2012.
- LIMA, Archer de. *Eça de Queiroz: diplomata*. Lisboa: Portugalia, 19–.
- LIMA, Isabel Pires. Os orientes de Eça, *Revista Semear*, Rio de Janeiro, v. 1. Cátedra Padre António Vieira de Estudo Portugueses, 1996. Disponível em: <http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/1Sem_06.html>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- QUEIRÓS, Eça de. *Ecos de Paris*. Porto: Lello e Irmãos, 1945a.
- _____. *Notas contemporâneas*. Porto: Lello e Irmãos, 1945b.
- VANZELLI, José Carvalho. Eça de Queirós e o Reino do Sião: imagem em três textos jornalísticos. *Revista Crioula*. Número 10, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/55492>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

Minicurrículo

Antonio Augusto Nery é professor-adjunto de Literatura Portuguesa na graduação e na pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). É graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); mestre em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutor em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (USP). Em 2014 concluiu o pós-doutorado em Literatura Portuguesa pela Universidade de Coimbra. Atualmente pesquisa e orienta trabalhos sobre a Literatura Portuguesa produzida no século XIX e na contemporaneidade, além dos diálogos desta com a Literatura Brasileira e outras literaturas.